

DESCONSTRUINDO A TEORIA DA GUERRA PREVENTIVA

Paulo-Edgar Almeida Resende*

Resumo

O foco deste texto é a guerra preventiva, argumento básico da política externa estadunidense desde o século XIX. No primeiro plano está a intervenção no Iraque. O autoproclamado *destino manifesto* tem servido de bordão para autolegitimar o intervencionismo dos EUA no mundo, com seu privilegiado *american way of life*. Torna-se atual, transcendendo a política doméstica, a análise de Max Weber, ao imbricar a ética calvinista e o espírito capitalista. A presença tentacular dos Estados Unidos no mundo atual, do ponto de vista econômico, tecnológico, militar, tem justificativa religiosa, expressa na direção de realização de vocação, traduzida em cruzada do eixo do bem contra o eixo do mal. Ressalte-se, todavia, que esse amplo domínio não caracteriza posição hegemônica. No delineamento do sistema mundial, são antepostas a Teoria Realista e a nova Teoria do Direito Internacional. Manifestações da *opinião pública mundial* ou da *multidão* apontam para protagonismos mais amplos de uma nova subjetividade política contra a guerra, a favor de novas formas de vida.

Palavras-chave

Guerra preventiva; fricções; destino manifesto; cruzada; capitalismo; calvinismo; poder econômico-tecnológico-militar; terrorismo de Estado; pontos de culminância; insurgências.

Abstract

This study focusses on preventive war, North American foreign policy's basic argument since 19th century. In the foreground of our investigation it is the intervention in Iraq. The self-declared manifest destiny has helped to self-legitimate the US interventionism in the world with its privileged american way of life. Max Weber's analysis linking calvinist ethic and capitalist spirit becomes present, transcending the internal policy. From economic, technological and military point of view, the tentacular presence of United States in nowadays world has religious apology, and express itself as a vocation, a crusade of the good against the evil, that has to be achieved. We emphasize, however, that this wide rule does not mean hegemony. In the outlining of the world system, two theories are set: the Realist Theory and the new Theory of International Law. Manifestations coming from world public opinion or from the multitude point to wider protagonists, towards a new political subjectivity against war and favourable to new ways of life.

Key-words

Preventive war; manifest destiny; economic; technological and military power; state terrorism; insurgencies.

Proj. História, São Paulo, (30), p. 211-227, jun. 2005

211

O estudo da guerra leva-nos a referências múltiplas, perpassando diferentes ênfases.¹ A *visão cataclísmica* carrega as tintas da guerra, pintando-nos o terror, a irracionalidade, a catástrofe, o absurdo, a dano de toda a humanidade. Com a revolução termo-nuclear, todos serão vencidos, não haverá vencedores. Se a guerra é concebida como meio, visando a determinado fim, o meio passa a ser o próprio fim no uso político da guerra, sem utilidade para ambas as partes em litígio. Anula-se a política em nome da lógica do absurdo, pela mútua destruição.

A *visão escatológica* está centrada na positividade da guerra, etapa para a realização do grande desígnio do Estado, nos moldes da *teoria do decisionismo*, elaborada sob medida para a doutrina nazista.² Ou teoria da *guerra preventiva*, legitimada pelo *destino manifesto* da tradição política estadunidense. Ou teoria da *guerra revolucionária*, na vertente marxista, dada a vocação universal do proletariado.

A *concepção objetiva*³ parte da situação de competição, em que se confrontam interesses e posições.

A *concepção subjetiva*⁴ está atenta à percepção que se tem de determinada situação objetiva que redunde em conflito.

Em obra das mais polêmicas dos últimos tempos, Samuel Huntington,⁵ dando nova versão ao mundo bipolar, no pós-guerra-fria, parte da distinção de *guerras de linha de fratura*, com características distintas das *guerras comunitárias* em geral. Estas são limitadas: Grupo A luta com Grupo B, sem que os grupos C, D e E tenham interesses ou percepções em jogo. As *guerras de linha de fratura* têm a ver com a expansão dos meios de transporte e comunicação, suscitando a internacionalização dos conflitos. A migração criou diásporas em terceiras civilizações. Desenvolvem-se redes internacionais para prestação de apoio, e o conflito encontra condições de prolongar-se, passa por processos de intensificação, expansão, contenção, interrupção e raramente de solução. No *choque das civilizações*, Europa e Estados Unidos se juntam ou serão destruídos. O pano de fundo da ideologia de Huntington é o petróleo, pólo de aglutinação de grandes interesses econômicos ocidentais, que se compõem enquanto o *eixo do bem*. É o combustível da guerra contra fanáticos, terroristas, territorializados do outro lado, o lado do *eixo do mal*.

Interpretações de maior complexidade vão na direção de que o real concreto está sujeito a múltiplas determinações, o que vale sobremodo no caso da guerra.⁶ As guerras são várias, em diferentes conjunturas, a dizer-nos que interesses e percepções desconstroem e repõem teorias a cada virada histórica. Tendencialmente, revigora-se a percepção de que todas têm mais diretamente a ver com Tãntos do que com Eros, o que se exacerba quando os litigantes têm ao alcance da mão ogivas nucleares. Gaston Bouthoul⁷ fundou o Instituto Francês de Polemologia para estudar a guerra como fenômeno social.

O esforço de compreensão da guerra preventiva do governo dos Estados Unidos no Iraque causa relativo desconforto ao analista, no entrecruzar de descritivismos e doutrinanismos.

O volume de informações disponíveis, pela quantidade, leva à proliferação de construção de enfiadinhos e múltiplos cenários pelos especialistas em leitura pela internet, cujo mérito não vai além do detalhismo. Os abundantes dados, facilmente coletados, são problematicamente processados, com carência de distanciamento crítico, par a par com sofisticada engenharia realista, especializada em construção de cenários, a partir da Teoria dos Jogos.

Numa das pontas do doutrinamento predomina a suspeição de a cobertura pelos meios de comunicação ser meticulosamente filtrada, sob controle oficial, o que tem relativa procedência. Outrossim, *a priori*, dispensam-se dados ou eles servem apenas para comprovar a tese do imperialismo, sem referência ao processo em que se desdobra e se redefine o dinâmico capitalismo no âmbito mundial.

Proponho, neste texto, ter como foco principal a *guerra preventiva* – tradição de governos estadunidenses – com rápido referencial histórico sobre o que tem sido a guerra na modernidade. Enquanto meio privilegiado para se chegar a tratados de paz, o *post-bellum* dos Congressos de Paz se situa no campo semântico de vitória *tout court*, de cujas cinzas emerge o Direito Internacional. No meio acadêmico, o tema da guerra busca luzes e, não poucas vezes, encontra trevas. A racionalidade linear da história, de um lado, o voluntarismo, de outro, podem ser apontados como o problema que desafia o analista.

Modalidades de guerra

Embasado em carga histórica, sumario a trajetória de modalidades de guerra, em nome do Imperium Universal, ou da Raison d'État, ou da Raison du Systhème, ou do Império sem Roma. Do ponto de vista da análise acadêmica, farei menção especial ao *Realismo* e ao *Direito Internacional*.

Na história de cada Estado nacional, o pêndulo da guerra é recorrente, seja pelos atos de conquista de mais território ou de domínio econômico, seja pelos atos de libertação do jugo colonial. Os pais-da-pátria têm sua bravura fixada em bronze, cantada em hinos. A fabricação da Europa, e antes dela da cristandade, supôs a substituição seqüencial da violenta Pax Romana pela não menos violenta Pax Cristã medieval. Na modernidade, o Congresso de Vestfália e os acordos de Utrecht (séculos XVII-XVIII) substituíram o Imperium universal cristão pela mais ou menos secular Raison d'État, base sobre a qual se erigirão, mundo afora, violentíssimos impérios coloniais. No século XIX, o Congresso de Viena estabeleceu, pela Raison du systhème, o Concerto Europeu, forma unilateral de

dominação do mundo pela montagem da sociedade internacional européia, a partir da derrota de Napoleão e cujo epílogo foi a guerra franco-alemã e seus desdobramentos no século XX, com a nova guerra dos 30 anos (1914-1944). Por seu turno, o Tratado de Versalhes, e a Pax de Yalta, somados, não resultaram senão na *sui generis* Guerra Fria, na bipolaridade.

Diluído o Império Soviético, afirmam-se polaridades difusas, ou melhor, afirma-se o domínio econômico, tecnológico e militar dos EUA, mas carente de hegemonia. Impõe-se o *hard power*, sem o devido respaldo no *soft power*.⁸ Emerge então o que já foi proposto como o Império sem Roma⁹ de um lado, e a sociedade internacional em movimentos de resistência ao Sistema, do outro.

O realismo político

Pilar das escolas do realismo político, Karl Philip Gottfried von Clausewitz¹⁰ é nome obrigatório para falar de guerra no meio acadêmico, ao lado de Sun Tzu,¹¹ Tucídides,¹² Maquiavel,¹³ Hobbes,¹⁴ Carl Schmitt.¹⁵ Para Clausewitz, guerra é instrumento racional da política de Estados. É simples *continuação da política por outros meios*. A intenção política é o fim, a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim. Os agentes das relações internacionais são os Estados, entidades vivas e racionais no gozo da soberania, cujo interesse é o da autopreservação, e da ampliação do poder relativo. As divergências com os demais Estados resolvem-se, em última instância, pelo mecanismo da guerra. Custos e riscos têm de passar pelo crivo da racionalidade, cotejada com irracionalidades. No cálculo complexo de imponderabilidades, denominadas por ele *fricções*, a guerra é um autêntico camaleão. Modifica sua natureza em cada caso concreto, a ser enfrentado com táticas e estratégias *ad hoc*. Alcançado o *ponto de culminância* da guerra real, a superação dos limites, com novos ataques, gera vulnerabilidades.

A releitura de Clausewitz por Raymond Aron¹⁶ valoriza sobretudo os *pontos de culminância*, equacionados tática e estrategicamente com o interesse do Estado, entendido do lado da ampliação da segurança, não propriamente da ampliação da estrutura de poder. A guerra se apresenta como mecanismo de equilíbrio na balança de poder, meio de proteção dos Estados ameaçados.

Desdobramento da obra pioneira de Clausewitz, a escola realista encontra terreno fértil sobretudo nos EUA, com Edward Hallet Carr, Hans J. Morgenthau, Henry Kissinger, Kenneth Waltz. Do lado europeu, além do destaque de Raymond Aron, a escola inglesa de Charles Manning, Martin Wight, Hedley Bull, Fred Northedge. Grosso modo, todos eles, a

partir da concepção do mundo de múltiplos Estados soberanos, a força militar é instrumento imprescindível para a manutenção da paz – *se vis pacem, para bellum*. Sendo o sistema de *equilíbrio de poder* o mecanismo regulador do conflito, a força maior de um Estado suscita a aliança dos demais.

O Direito Internacional

A perspectiva da *peace by peaceful means*, explanada por Johan Galtung¹⁷, contrapõe-se à tese realista em pontos específicos. Coloca-se em relevo a ética em política e não os interesses em jogo, em primeiro lugar, unilateralmente. A conjuntura internacional é entrevista em percurso de efetivação gradual, mesmo que lentamente, do Direito Internacional, elo imprescindível para a reflexão em torno de relações não hierarquizadas entre os povos. Não se postula a relação linear entre Política Internacional e Direito Internacional. Divisa-se a consolidação da Política Internacional com base em percepções e valores que informam o Direito Internacional, sujeito ao acidentado trajeto de guerra e paz.

No momento mesmo em que se modifica a cartografia mundial, com a emergência, na modernidade, dos Estados nacionais, a *prima ratio* dos ajustes de interesses se faz por cimeiras, de cujo bojo saem tratados – *ex post bella*, é bem verdade – que são a fonte primária à disposição de legisladores do Direito Internacional. Os grandes fóruns mundiais, mencionados acima, são marcos que não podem ser infra-avaliados, em que pesem os fracassos do Tratado de Versalhes, assinado na Conferência de Paz em Paris (1919), que previu o Pacto da Sociedade das Nações, após a 1ª Guerra Mundial e o não menos frágil Tratado Geral de Renúncia à Guerra de 1928 (Acordo Brian-Kellog).

A Carta de São Francisco (1945), criando a ONU, assinada solenemente na presença do presidente Harry Truman dos Estados Unidos, revigora a convicção, em bom número de analistas, de que se efetiva gradualmente o *itinerário* multilateral das negociações internacionais.

Cabe atualizar a própria concepção do Direito Internacional Público diante do múltiplo protagonismo na realidade contemporânea a suscitar o pluralismo jurídico. Na perspectiva tradicional, presente ainda hoje em manuais defasados, padrão século XIX, o Direito Internacional se reduz a sistema de normas e princípios jurídicos que regulamentam relações entre Estados. Na atualidade, para luminar da disciplina no Brasil, Guido Fernando Silva Soares¹⁸, tal definição é por demais estreita, ao não contemplar um dos grandes destinatários de suas normas, a pessoa humana; nem situações particulares de outros sujeitos de Direito Internacional Público, que não apenas os Estados. Grandes temas da globalidade deman-

dam a proteção internacional da pessoa humana nas vertentes de direitos humanos/direito de refugiados/direito humanitário/direito de asilo – e proteção internacional do meio ambiente.¹⁹

A guerra preventiva dos EUA no Iraque

Tendo como moldura tais fóruns mundiais, seus êxitos e fracassos, temos referencial para refletir sobre caso espinhoso: a intervenção de iniciativa estadunidense no Iraque. Não se trata apenas de fatos, ao defrontar-nos com tal conjuntura, mas sobretudo do modo como nós os torneamos, sujeitos a versões, que reescrevem a história a todo momento.

Na compreensão das relações internacionais na modernidade, a referência ao terror é pista obrigatória, com sinalizações à direita e à esquerda. É uma tática de insurgência de origem diversa, compatível com amplo espectro ideológico. Citemos emblematicamente o terror na revolução Francesa; na Rússia no século XIX; no pós '68 com o Baader-Meinhof na Alemanha; o Sendero Luminoso no Peru; o terrorismo individual do Unabomber nos EUA. No presente, na Colômbia – o grupo paramilitar AUC – Autodefensas Unidas de Colômbia – à direita, visa à manutenção do *status quo*, tido como ameaçado pelas FARC – Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia, que reiteram há décadas ações de desestabilização da ordem vigente. Na Espanha, o terrorismo basco, e na Irlanda do Norte respondem a um processo de terrorismo original, a partir de unilateralismos institucionalizantes de Madrid e Londres, forma recorrente de formação violenta de Estados nacionais, com quebra forçada de autonomias locais e regionais, a favor do centralismo burocrático.

Se o terrorismo for identificado a manifestações cuja característica básica for a insurreição descentralizada, no caso de nos referirmos às suas vertentes não estatais, com apelo à violência fora de parâmetros legais ou paralegais, a impressão que fica é a de um didatismo que foge à complexidade de uma rede conceitual, em cujo fluxo teremos de lidar com categorias como guerra, guerra civil, terrorismo, rebeliões, movimentos revolucionários, legalidades e ilegalidades no uso da força. Ao estatizarmos a guerra a partir da atribuição legal do uso exclusivo da força em política externa às forças armadas nacionais, em anteposição a terrorismo, uso da força por fora de atribuições legais, excluir-se-ia, portanto, do foco analítico o terrorismo estatal, tão recorrente, por fora de atribuições legalmente previstas.

Se o que se propõe é a análise do denominado terrorismo islâmico, lado a lado às razões apresentadas pelos EUA para a intervenção no Afeganistão e no Iraque, há, do lado estadunidense, precedentes emblemáticos que nos possibilitam caracterizar o terrorismo estatal lá e cá, agora e antes. Há relatos não suficientemente comprovados, mas tampouco contestados, de o Departamento de Defesa e a Cia,²⁰ terem forjado ataque a navio da

marinha americana no golfo de Tonkin, episódio que foi apresentado como motivo para a intervenção no Vietnã do Norte. Igualmente, há longa história intervencionista de governos dos Estados Unidos na América Latina em apoio a golpes militares, práticas de tortura, extermínio de opositores. Lado a lado ao 11 de Setembro, como justificativa apresentada para a intervenção no Oriente Médio, as reservas petrolíferas aí existentes são fundamentais para respaldar o modelo de desenvolvimento ocidental e, em particular, o da economia estadunidense. O revide ao 11 de setembro serviu para muitos analistas como forma de explicitar a *política de segurança energética*, recoberta ideologicamente pelo *neo-conservadorismo*. O fim da Guerra fria traz o debate tenso entre FBI e NSC, entre CIA e National Security Agency. Diante de grupos de interesse envolvidos, o *defense industry overhang*²¹ – capacidade excedente de material militar do complexo industrial do tempo da bipolaridade no contexto da segurança internacional – passa pelo processo de reconversão/atualização/redução sob o crivo da reduzida legitimação interna e externa das atuais iniciativas estadunidenses no campo da defesa.

A intervenção no Iraque é assumida como etapa de remodelação do Oriente Médio. O *eixo do bem*, alocado no *Ocidente Cristão*, enfrenta o *eixo do mal*, este com a co-participação de Síria, Irã e Coreia do Norte. Os *muhahidin* anti-comunistas no Afeganistão foram financiados durante a guerra fria para combater o comunismo e a presença da URSS na região. Com o advento do Talibã no poder, a al-Qaeda se propõe batalha entre muçulmanos e os *globais*. Na chamada nova cruzada, o antes aliado ocidental Osama Bin Laden passa à condição de terrorista. O mesmo com relação ao despótico Saddam Hussein, apoiado pelo secretário de defesa dos EUA na guerra Iraque/Irã. Passou logo após a ser identificado como responsável por terrorismo de estado contra população indefesa.

O calendário trágico do destino manifesto e as intervenções preventivas

Ao nos defrontarmos com valores, estamos diante de longos processos de sedimentação. Quando se fala em *eixo-do-bem* e *eixo-do-mal*, como bordão legitimador da presença dos EUA no Iraque, cremos que a reconstituição do processo ganha sentido, na tentativa de encontrarmos a lógica da intervenção, com a precaução de admitirmos que o campo de percepção de uma guerra se imbrica com o campo de batalha, ainda mais quando o *pool* entre CNN e Pentágono se impôs unilateralmente como componente tático.

Na mescla de *conservadorismo puritano* e *messiânico tradicional*, com o sofisticado *neo-conservadorismo* atual, o calendário da política advinda do *Doutrina Monroe*, anunciada pelo presidente James Monroe, em 1823, encontrou versão teologicizada, logo após cunhada de Destino Manifesto. Nesse veio, o presidente Mc Kinley, em 1898, teria tido

visão, em que Deus lhe ordenara a ocupação das Filipinas para civilizar seu povo. No Corolário de Theodore Roosevelt, invocou-se para os EUA o poder de polícia internacional sob forte tradição imperialista com roupagem antiimperialista. A ambigüidade entre o protetor e o dominador²² se intensificou e se expandiu no decorrer do século XX. A *defesa do mundo livre* tem sido o bordão de tropas estadunidenses pelo mundo, em ocasiões distintas, e por diferentes razões, como no caso das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, do Vietnã, e agora no Afeganistão, no Iraque...

Na América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, preventivamente, diante de suposta ameaça comunista atéia ao continente cristão-católico, enumeraram-se apoios explícitos e recorrentes de governos estadunidenses a generais sanguinários, a desvelar o sentido da tese de *defesa do mundo livre*. Em 1954, a Guatemala é libertada do coronel de esquerda Arbens, instaurando-se no poder militares de extrema-direita. Na Nicarágua, aliança com a dinastia Somoza. No Haiti, a convivência com Duvalier. Na República Dominicana, com Trujillo. Em Cuba com Fulgêncio Batista. No Cone Sul, a Operação Condor²³ articulou a diplomacia de caça às bruxas nas ditaduras militares de Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Foram cometidas, de modo associado com órgãos de segurança dos EUA, dezenas de mortes, desaparecimentos e torturas. A deposição de Allende contou com a participação direta dos Estados Unidos, e foi a trágica *avant première* da Operação Condor.²⁴

Na busca de legitimidade de tal intervencionismo, não me parece aleatório recordar o suposto e naturalizado *asiatismo*, tematizado por K. Wittfogel em seu clássico *Oriental Despotism, a Comparative Study of Total Power*, ou a *teoria do clima de Montesquieu*,²⁵ certamente leituras inspiradoras da obra do douto Samuel P. Huntington,²⁶ *Choque de Civilizações*. Vale dizer, não é postura isolada de George W. Bush a *geopolítica do eixo-do mal*, situado ora na Ásia, ora no Hemisfério Sul, e com alta dose de pragmatismo, o que não impede alianças em determinadas conjunturas, para logo após redundar em conflito. Em 1980, Saddam Hussein foi depositário do apoio estadunidense na guerra entre Iraque e Irã. O atual secretário de defesa do governo George W. Bush, Donald Rumsfeld, na época assessor do presidente Ronald Reagan (1981-89), fez duas viagens de apoio ao Iraque em 1983 e 1984. A prioridade era a de proteger instalações militares estadunidenses e poços de petróleo em todo golfo Pérsico, embora pesassem na ONU acusações de Saddam Hussein fazer uso de armas químicas na guerra contra o Irã..

Ao Afeganistão, é enviado o bem treinado pela CIA, Osama Bin Laden, na luta contra a União Soviética. Atualmente, no Paquistão, é valorizada a aliança estratégica com o

ditador Pervez Musharraf, por razões de segurança. Graças à postura do governo paquistanês contra Al-Qaeda; o credo democrático é deixado de lado, embora sempre lembrado no caso da Cuba de Fidel Castro.

Historicamente, portanto, a segurança nacional dos Estados Unidos da América é de pauta pragmática, militarista e religiosa, com preocupação unilateral dos poderes executivo e legislativo de reafirmar a soberania nacional, valores tradicionais, seu modelo de democracia e sobretudo interesses bem concretos. O *american way of life* sobrepõe-se ao diálogo de povos com percepções alternativas de mundo. As mediações diplomáticas de órgãos multilaterais como ONU são desejadas ou dispensadas segundo as circunstâncias.

A leitura da mensagem ao Congresso – *State of Union Address* – de 2002 reafirma a estratégia das *preventive actions*, delineadas por George W. Bush na Academia Militar de West Point no mesmo ano. Advoga-se o direito de limitar a soberania de outros países, em nome da salvaguarda e da promoção de valores e interesses estadunidenses.

Para citar de modo aproximado cifras, que a cada dia são revistas, em 2004, 18 mil homens estariam no Afeganistão, 120 mil no Iraque, 1,4 milhão de tropas distribuídas internamente e pelo mundo, morte de 1.100 soldados americanos e mais de 13 mil civis iraquianos, gastos militares astronômicos, com graves repercussões não apenas na economia estadunidense. Aviões Spitfire e P51, empregados na Segunda Guerra, custavam US\$ 350 mil, enquanto o avião de caça empregado na Guerra do Iraque custa US\$ 30 a 40 milhões. O míssil Tomahawk, lançado de terra ou mar, US\$1,5 milhão, e centenas deles já foram lançados sobre Bagdá. Navio-porta-aviões do tipo Nimitz custa 4 bilhões de dólares. Acrescentem-se radares, satélites, sensores eletromagnéticos, óticos, acústicos e térmicos e gastos com a tropa. Para o ano fiscal de 2005, o orçamento militar alça a cerca de meio trilhão de dólares, cerca de 2,5 vezes dos orçamentos militares somados das quatro mais importantes potências europeias – Alemanha, França, Reino Unido e Itália; cinco vezes a despesa militar anual da China e sete vezes a do Japão.

Fundamentalismo protestante + neo-conservadorismo

A imbricação do *teo-conservadorismo* e do *neo-conservadorismo*, este ilustrado, aquele obscurantista, indica-nos pista para a compreensão da ideologia que perpassa tal política externa, que consagra o unilateralismo, a política externa à margem de órgãos colegiados internacionais – autêntico terrorismo de Estado –, o que não nos permite falar de isolacionismo, dada a presença dos EUA na cena mundial.

A Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe em 1823, é a primeira versão do esforço para exercer o controle sobre as Américas, explicitada com maior vigor

pelo Corolário de Theodore Roosevelt, que invoca para os Estados Unidos o poder de polícia internacional. Na coletânea de aforismos, atribuídos a formuladores da política externa, o reiterado apelo ao *destino manifesto*, cunhado no século XIX, dá sentido a manifestações diplomáticas e não diplomáticas no século XX e começo do atual. Credita-se a Theodore Roosevelt o lema: *Speak softly and carry a big stick, you will go far*. Com George W. Bush, em dupla com seu vice-presidente Dick Cheney, poder-se-ia atribuir-lhes algo do gênero: *Speak loudly and carry a big stick, you will go far*. O *Deus quer assim*, de Urbano 2º em 1095, quando a Europa era convocada a reconquistar a Terra Santa dos infiéis, iniciando as Cruzadas, é frase atualizada de George W. Bush ao falar de *cruzada* do eixo-do-bem contra o eixo-do-mal, após o 11 de setembro de 2001, referência posteriormente substituída por *guerra ao terror*. Com essa mesma tônica, atribue-se a Madeleine Albright a afirmação peremptória: *voamos mais alto e enxergamos o que é melhor para o mundo*; Donald Rumsfeld, à frente da Secretaria de Defesa, pontifica: *quem não está conosco está contra nós*.

O governo George W. Bush opera a complexa mistura do conservadorismo tradicional do protestantismo fundamentalista, com o neo-conservadorismo. Este último encontra seus *think tanks* em órgãos como o American Enterprise Institute, em Washington, Institute Hudson, Heritage Foundation. A singularidade de G.W. Bush é o de ter assegurada a união entre as duas correntes. Durante o primeiro mandato, os fundamentalistas foram representados pelo secretário da Justiça, John Ashcroft, os neoconservadores por Paul Wolfowitz, no cargo de subsecretário da Defesa, especialista em estratégia militar. Para Francis Fukuyama, famoso pelo seu polêmico texto *Fim da História*,²⁷ os neo-conservadores não querem defender a ordem vigente, a hierarquia, a tradição e a visão pessimista da natureza humana. Idealistas, otimistas, estão convencidos do valor universal do modelo democrático americano. Criticam o *Estado de Bem-Estar social*, nos governos dos presidentes Kennedy e Johnson, e mesmo da presidência republicana de Nixon. Postam-se contra o realismo diplomático de Henry Kissinger. Criticam o relativismo cultural e a moral dos anos 1960, cujo legado conduz ao desprezo da civilização ocidental. Dão apoio incondicional ao Estado de Israel. Revistas como *National Review*, *Commentary*, *The New Republic*, o semanário *The Weekly Standard*, pertencente ao grupo Murdoch, a rede de televisão Fox News garantem a difusão vulgarizada do sofisticado pensamento neo-conservador. São páginas editoriais, como as do *Wall Street Journal*, que se abrem ao militarismo neo-conservador. São internacionalistas, que não postulam o retorno da América sobre si mesma, dizendo não à *realpolitik* – Henry Kissinger é o antímodo. Mas também dizem não aos internacionalistas como Woodrow Wilson, Jimmy Carter ou Bill Clinton.

Ajuda-nos a acompanhar essas sinuosidades ideológicas a complexa herança recebida do não menos complexo iluminismo europeu, cujas propostas de modernidade passaram pelo crivo da historiadora norte-americana Gertrude Himmelfarb.²⁸ Os estadunidenses abrigam em seu arcabouço cultural valores herdados, mas redefinidos de *modo sui generis*, e a grande proveito. Há distanciamento do *iluminismo francês* de paixão pela razão, como forma de transformação social mais radical. O pano de fundo predominante no *Federalist*, nos 85 artigos redigidos por Hamilton, Madison e John Jay, é o *iluminismo britânico*. Não o iluminismo de filósofos, no sentido francês, mas filósofos morais como Adam Smith ou David Hume. A natureza humana é tematizada como geradora de verdades humanas. Gertrude Himmelfarb detecta em tal discurso, a ser praticado, sentido moral, um sentido comum, universal. Não choque de razão e religião, ao contrário dos franceses. A razão escolhe o caminho. A religião reforça o caminho escolhido. Os EUA são culturalmente uma *nação moral*, da esquerda à direita, em que razão e religião estão juntos.

Com tal carga ideológica de excepcionalidade, que os torna únicos, diferentes, superiormente inspirados por destino, os EUA estão historicamente em oposição sistemática a acordos multilaterais, que tentam construir princípios básicos de convivência internacional. Recusam ratificar a Convenção Internacional de Proteção à Criança, o Acordo sobre Eliminação de Formas de Discriminação da Mulher. Não assinaram a Convenção de Combate às Minas Anti-pessoais. Recusaram os principais pontos do acordo sobre meio ambiente, o Protocolo de Kyoto. Opuseram-se à adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional e buscam sabotá-lo com acordos bilaterais de imunidade para cidadãos estadunidenses.

O negativo de tal empáfia estetiza-se na atitude da soldada Lynndie England, humilhando prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib, apontando metralhadora imaginária para a fila de iraquianos nus, cobertos com capuzes de plástico. E a prisão de Guantânamo, em que os direitos humanos, reclamados de Cuba, têm aí uma cláusula de exceção.

O predomínio da potestas sobre a auctoritas

A presença político-militar dos EUA no mundo tem se caracterizado pelo crescente exercício do *hard power*, sem maior atenção para o alerta de Joseph Nye,²⁹ que registra o déficit de *soft power*. Vale dizer, registra-se o descompasso de excessivo exercício da *potestas* econômica, tecnológica e militar, com desatenção para o exercício da *auctoritas*, enquanto busca da hegemonia pelo respeito democrático a valores, símbolos, opinião pública mundial, em adiantada fase de constituição.

A excepcionalidade dos EUA, em tal óptica, caracteriza-se pela Pax Americana: no terreno estratégico-militar, por fora de consenso mais amplo, respaldado nos tabuleiros do

Direito Internacional, do protocolo diplomático, do comércio – sem protecionismos agrícolas, a dano de países menos desenvolvidos –, da economia, com porcentagem do PNB de ajuda externa das mais baixas dentre países desenvolvidos; da legitimidade jurídica, da ética – feita de solidariedade, de horizontalidade e de opinião pública – em vez da moral da predestinação subordinante.

Tal Pax, toda feita de Victoria, que se exaure no esforço bélico, não caracteriza posição hegemônica. Faz com que tradicionais parceiros atenuem a confiabilidade do guarda-chuva da OTAN, caso de Alemanha e de França, de Espanha. Dificuldades são criadas pela opinião pública ao adesismo de príncipes sauditas, da monarquia jordaniana e do governo egípcio. A contrapelo, flui historicamente a concepção pré-jurídica de estabelecimento de uma política externa de intervencionismos e de guerras preventivas.

Não obstante, temos de admitir que os Estados Unidos encontram em si mesmos corretivos, como sua decisiva presença em duas guerras mundiais do século XX, seu Plano Marshall de recuperação da Europa Ocidental e fortes contrapesos à abrangência da pretensão da conhecida política do *big stick*. Nos anos 1960, John F. Kennedy recrutou, na Universidade de Harvard, intelectuais que delineassem um consenso centrista, de coloração socialdemocrata. Noam Chomsky, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, não está só no meio acadêmico ao criticar o *establishment* e a mídia dos EUA, desde 1969 com o livro *American Power and the New Mandarins*. Para ele, a imprensa estadunidense só considera genocídio e crimes contra a humanidade se cometidos pelo inimigo.

A herança da Guerra do Golfo

Bush pai deixou ao filho a hipoteca da guerra inconclusa da Guerra do Golfo, a primeira guerra contra o Iraque. E o fim da presença militar estadunidense nas terras de Abraão, pai do monoteísmo judaico, cristão e islâmico, está longe de ter cronograma previsível. Onde se inventou a roda e a matemática, gira a contabilidade de grandes interesses nas reservas petrolíferas do país, haja vista o *affaire Bustani*.

O embaixador José Maurício Bustani, atual chefe da missão brasileira em Londres, experimentou na carne o poder discricionário da grande potência. Foi reconduzido por aclamação à direção da OPAQ, com apoio de EUA e de Rússia. Mas John Bolton, secretário de Estado dos EUA para assuntos de desarmamento do primeiro governo de G.W.Bush, segundo declarações do diplomata brasileiro, arquitetou sua retirada do posto. Foi-lhe solicitada a assinatura em branco de relatórios sobre inspeções dentro dos EUA, sem que

tivessem sido feitas. Ainda segundo o relato de Bustani, ele teria recusado passar informações sobre outros países. Em todos os organismos que se dizem internacionais, multilaterais, o chefe da administração e do orçamento é sempre estadunidense. Os Estados Unidos financiam 22,25% de organismos como a ONU, em segundo lugar o Japão, com 10,21%. Os dois juntos somam metade do orçamento. Segundo declarações de Bustani à imprensa, queriam lhe impor que fossem tidos como confiáveis o bastante para impedir reais inspeções em seus territórios, ao mesmo tempo em que cobravam dele eficiência nas inspeções nos demais países. Bustani foi o primeiro dirigente de uma organização do sistema da ONU a ser demitido no curso de seu mandato. Recentemente, o Tribunal da OIT lhe fez justiça.

Resta que, como diz Paul Kennedy, o poderio bélico dos EUA não garante segurança. Os inimigos dos EUA recorrem a métodos não convencionais: antraz enviado pelo correio, esporos letais no ar e na água, bombas no metrô são recursos possíveis. O que nos conduz ao desafio teórico de reformular a teoria da guerra, nas pegadas de John Burton. Substitui-se a interpretação da bola de sinuca, fundada no *power politics* pela *cobweb*³⁰ (teia de aranha). Os inúmeros confrontos possíveis, por fora da rigidez e da visibilidade dos demarcados recintos de guerra, esparramam-se em teia fina, frágil, ora invisível, portanto surpreendente.

A doutrina Bush – a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA – apresentada ao Congresso se resume em dois pontos fundamentais: 1. Os EUA não permitirão que outro país desafie sua superioridade militar. Mas cabe dizer, a respeito, que o país hoje está ameaçado não pelos países mais fortes, como ocorria na Guerra Fria, mas pelos mais fracos, em surpreendente combinação de radicalismo com tecnologia. 2. Os EUA não confiam apenas em sua capacidade de reação. Têm de impedir que seus inimigos ataquem primeiro. Esses dois pontos implicam retirada das decisões político-militares norte-americanas de organizações internacionais, caso não ratifiquem a ação. E, ao mesmo tempo, deve ser mencionada a crise doutrinária no campo da defesa, de reduzida legitimidade interna e externa, o que nos revela a fragilidade com que se afirma o poder imperial, antiga versão na atualidade.

Os impérios também perecem

Em suma, os EUA emergiram no século XX com a veledade de ocupar, tardiamente, o pódio esvaziado do antigo *império em que o sol não se punha*, como pretensos herdeiros da antiga metrópole britânica.

O fluxo internacionalista, que possa se opor ao *americanismo* estreito de uma nação, que se autodenomina América, como se abrigasse todo o continente, conta com êxitos e

fracassos. Emblematicamente, mencione-se o fracasso do moderado idealismo do presidente Woodrow Wilson, decretado pelo Congresso. Mais recentemente, aliados tradicionais – França, Alemanha em destaque – opuseram-se à guerra preventiva, com amplo respaldo na emergente opinião pública mundial.

A este cenário, poder-se-ia acrescentar o estímulo aos eventuais rivais de recorrer a métodos assimétricos de defesa, ao se sentirem agredidos. O *eixo do mal* opta por guerra irregular, obscura, imprevisível. Os insurgentes no Iraque desconcertam as Forças Armadas estadunidenses, visto que, excetuada a causa comum da expulsão dos interventores estrangeiros, não visibilizam alvos precisos, não se mostram orientados por liderança localizável, o que leva analistas mais apressados a falar de insurgência niilista. Pelos atentados praticados, a hipótese menos tendenciosa detecta causas diversas entre partidários sunitas do Baath, minoritários no país, lutando para impedir o domínio da maioria xiita. Há curdos, a reclamar lugar ao sol, subdivididos em inúmeros Estados. Mas o que parece se impor é a lógica que leva os insurgentes a compartilhar o objetivo de libertação do país da presença estrangeira, tão mal explicada perante a opinião pública mundial.

Na contracorrente de fluxos da *hard* política estadunidense, tornam-se atuais as previsões de Paul Kennedy.³¹ O autor aponta como causa de declínio das grandes potências do passado, o desgaste gradual de sua economia, produzido pela necessidade de elevadíssimos gastos militares e diplomáticos, a fim de manter sua posição de poder. Embora nenhum cientista político admita curta duração para o atual superpoder norte-americano, vale a lição revelada pela história, na clássica expressão de Jean-Baptiste Duroselle,³² de que todas as políticas imperiais têm determinado prazo de validade, os impérios também perecem. Há fricções crescentes e inevitáveis. E a impressão que fica é a de que os Estados Unidos da América, acolitados pelo antigo e hoje subserviente império britânico, tenta reverter a capital do domínio para Washington. Advém daí a fragilidade de a grande potência econômica, tecnológica, militar, com seu indiscutível *hard power* ter ultrapassado o *ponto de culminância* de que nos fala o insuspeito Karl Phillip Gottfried von Clausewitz. Carente de *soft power*, o governo dos EUA se mostra incapaz de se impor hegemonicamente aos próprios aliados tradicionais em ocasiões cruciais, como no caso de França e Alemanha. Há o limite ético, pautado no Direito Internacional, que a emergente opinião pública mundial levanta em praça pública contra os EUA, de ter sido ultrapassado, e que sensibiliza governos. Mas há também, além do parâmetro ético da legitimidade e da legalidade internacional, a transgressão do limite prático, que relembra o fracasso no Vietnã, e que assombra estrategistas oficiais. Registra-se a eficácia da força e da intimidação como ferramentas da insurgência à base da *teia de aranha (cobweb)*, teia fina, frágil, mas que tem sua força na invisibilidade da trama. A racionalidade da guerra, cuja expectativa é a da vitória do mais

forte, calculada nos cenários construídos pelas teorias realistas dos jogos, vê-se superada. Assim, no Vietnã, agora no Iraque, protagonismos de alta complexidade embaralham fios e cartas de construtores de cenários. A nova forma de guerra saiu fora do controle de governos no contexto da mundialização, do Império sem Roma, porque sem hegemonia.

A subjetividade discricionária das soberanias nacionais encontra limites crescentes.³³ A legitimidade de ampla gama de manifestações encontra no novo Direito Internacional esboço não desprezível de legalidade à base de pluralismo jurídico na sociedade contemporânea.³⁴ E a conjuntura internacional leva mais longe. A opinião pública mundial ou a multidão, na heterogeneidade de suas redes múltiplas, entrecruza-se em um movimento de movimentos pela paz. Haja visto Seattle, Porto Alegre e a recorrente condenação da guerra no Iraque.

O fato novo é que, das rachaduras, e as há, do mundo de *conformação arbórea*, com alguns troncos e muitos galhos, emerge a Sociedade Internacional de *conformação rizomática*³⁵, com crescentes movimentos de resistência ao Sistema, na perspectiva da paz por meios pacíficos, da aceitação humana de sua humanidade. São as ervas daninhas das relações internacionais, com fluxos de sociabilidade, *insurgências* que se antepõem não apenas ao *terrorismo de Estado*, à direita, mas ao jogo político tradicional das esquerdas. A *multidão*,³⁶ em suas múltiplas manifestações *altermundialistas* do Maio de '68, de Seattle, de Porto Alegre, de oposição à guerra no Iraque, configura subjetividades políticas, conectadas de modo não homogêneo a novas formas de vida.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005;

Notas

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Relações Internacionais, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) da PUC-SP; membro do GACINT-USP e do Instituto de Estudos de Economia Internacional.

¹ RAPOPORT, A. Um prefácio à arte da guerra de Clausewitz. In: *Documentação e atualidade política*, n.13, abr/jun ,1983.

² SCHMITT, C. *La notion de la Politique*. Paris, Calmann-Levy, 1989. Na sua *teoria do decisionismo*, rente a seu comprometimento com o regime nazista, o Estado é centro de decisão por excelência. Detém e concentra poderes, com a possibilidade de fazer a guerra, por fora da normatividade jurídica, que o tornaria impotente para a rápida tomada de decisão diante do inimigo. O forte traço nazista na obra de Schmitt é estudado pelo filósofo Yves Charles ZARKA, *Un Détail Nazi dans la Pensée de Carl Schmitt*. Paris, PUF, 2005.

- ³ BOULDING, K. *Conflict and Defense*. Nova York, Harper & Brothers, 1962.
- ⁴ BURTON, J. W. *Conflict and Communication*. Nova York, MacMillan, 1969.
- ⁵ HUNTINGTON, S. P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, s/d.
- ⁶ GRAPIN, J. e PINATEL, J.-B. *A Guerra Civil Mundial*. Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1977.
- ⁷ BOUTHOU, G. *O Fenómeno Guerra*. Lisboa, Estúdios Cor, 1966.
- ⁸ NYE JR., J. S. *The Paradox of American Power. Why The World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova York, Oxford University Press, 2002.
- ⁹ HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.
- ¹⁰ CLAUSEWITZ, C. von. *Da Guerra*. 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- ¹¹ SUN TZU. *A Arte da Guerra*, vol. 207. Trad. do francês por Sueli Barros Cassal. P. Alegre, L&PM Pocket, 2005.
- ¹² THUCYDIDE. *Histoire de la Guerre du Péloponnèse*. L.I., Paris, Les Belles-Lettres, 1962.
- ¹³ MAQUIAVEL, N. *Arte da Guerra e Outros Ensaios*. 3 ed., Brasília, Editora da UnB, 1987.
- ¹⁴ HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- ¹⁵ SCHMITT, C. *Théologie Politique*. Paris, Gallimard, 1988.
- ¹⁶ ARON, R. *Pensar a Guerra: Clausewitz*, 2 vols. Brasília, Editora da UnB, 1986.
- ¹⁷ GALTUNG, J. *Peace by Peaceful Means. Peace and Conflict, Development and Civilization*. Londres, Sage Publications, s/d
- ¹⁸ SOARES, G. F. S. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo, Atlas, 2002, p. 21.
- ¹⁹ MATTOS, A. M. *Direito, Soberania e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, Destaque, 2001. Em sua obra, páginas 145 e seguintes, o autor se refere à Diplomacia Ambiental dos EUA, focada na Pan-Amazônia. De acordo com o plano do Comando Sul do Pentágono, militares dos EUA se colocariam na defesa da preservação das florestas tropicais, através da criação e manutenção de parques florestais internacionais, junto às fronteiras dos países da área.
- ²⁰ FREITAS, J. de. *Folha de S. Paulo*, 20 de março, 2003, A5.
- ²¹ Termo empregado para designar excedente produtivo da indústria de defesa estadunidense. Especialistas da área de segurança apontam o *overhang* pela existência de arsenal militar superior a necessidades de segurança em tempos de paz, com capacidade industrial bélica em nível elevado, sujeita a interesses da rentável indústria bélica.
- ²² HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 196.
- ²³ CONY, C. Heitor. e LEE, A. *O Beijo da Morte*. São Paulo, Objetiva, 2003.
- ²⁴ Cf. *Folha de S. Paulo*. 28 de maio de 2004. Transcrição de conversa telefônica do presidente Richard Nixon com o seu secretário de Estado, Henry Kissinger. "*Nixon: Como você sabe, nossas mãos não aparecem neste caso. Kissinger: Nós não o fizemos. Quero dizer, nós os ajudamos... criamos as melhores condições possíveis.*" Moniz Bandeira faz descrição respaldada em fontes primárias em sua obra *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

²⁵ O tom paródico do autor de *Cartas Persas*, deixa o intérprete no dilema ao ler *Do Espírito das Leis*, 3a. parte, do livro 14, Cap. II - “Os povos das regiões quentes são tímidos... os das regiões frias são corajosos”.

²⁶ HUNTINGTON, op. cit.

²⁷ FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Free Press, 1992.

²⁸ HIMMELFARB, G. *The Roads to Modernity: The British, French, and American Enlightenments*. Alfred A. Knopf.

²⁹ NYE JR., op. cit., 2002.

³⁰ BURTON, J. *World Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

³¹ KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1.500 – 2000*. Nova York. Random House, 1987.

³² DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. Paris, Armand Colin, 1992.

³³ LAFER, C. “Prefácio”. In: ALVES, J. A. L. *Os Direitos Humanos como Tema Global*. São Paulo, Perspectiva, 1994, p. XXIII.

³⁴ Vale aqui retomar o destaque à obra citada do jurista Guido Fernando Silva Soares.

³⁵ São metáforas que valorizo em alguns de meus textos, colhidas nas obras de Gilles Deleuze, retrabalhadas por Michel Foucault, Michael Hardt, Antônio Negri, não muito a gosto dos internacionalistas-realistas, que os relegam ao campo da retórica.

³⁶ Multidão em sentido distinto de massa (homogênea) e de povo (militante de partido). Ver NEGRI, e HARDT, op. cit., pp. 417 e ss.